CUIABÁ, 24 DE ABRIL DE 2020

1. NOTÍCIAS – NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

MPMT expede Notificação Recomendatória ao Governo do Estado para implementação de medidas de enfrentamento ao novo coronavírus nos estabelecimentos prisionais

Unidades prisionais de todo o estado relataram ao Ministério Público de Mato Grosso que enfrentam problemas com o fornecimento de materiais de higiene e limpeza. De acordo com o relatório, o cenário nas unidades é preocupante e expõe servidores do sistema penitenciário e custodiados ao alto risco de contaminação pelo novo coronavírus. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Notificação Recomendatória nº 02/2020

Coronavírus: Documento orienta uso de monitoração eletrônica

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou orientações técnicas destinadas à utilização da monitoração eletrônica de pessoas, na prevenção ao contágio no sistema prisional pelo novo coronavírus. As diretrizes foram elaboradas a partir da Recomendação CNJ 62/2020, que incentiva tribunais e magistrados a adotarem medidas para diminuir a incidência da Covid-19 em ambientes de privação de liberdade. O documento pretende facilitar o trabalho de magistrados na análise dos casos. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Orientação Técnica - CNJ

Covid-19: CNMP buscará recursos para prevenção entre os mais de 700 mil presos no Brasil

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Augusto Aras, vai buscar uma articulação junto ao Ministério da Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para propor a destinação de recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para ações de prevenção do contágio do novo coronavírus nas unidades prisionais brasileiras. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Em Goiânia, doação de sangue pode abater horas de serviço comunitário

Os 2,2 mil condenados a prestar serviços à comunidade de Goiânia agora podem doar sangue e o gesto, além de ajudar no enfrentamento à pandemia da Covid-19, poderá abater horas do serviço comunitário que foi determinado pela Justiça. Nos próximos três meses, a doação resultará em 35 horas a menos de trabalho comunitário a cumprir. De julho em diante, a cada vez que o condenado doar sangue, terá direito a 24 horas de sua pena deduzida, de acordo com a portaria. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Portaria 001/2020

Na pandemia, intimação de presos em SP poderá ser feita pela internet

Para reduzir a necessidade de deslocamento e evitar exposição dos oficiais de Justiça durante a pandemia do coronavírus, a Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo permitiu que os mandados de citações, intimações, notificações e demais comunicações de presos poderão ser cumpridos por uma plataforma digital na unidade prisional que apresentar estrutura. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Negado pedido de habeas corpus coletivo para todos os presos em grupos de risco do coronavírus

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Saldanha Palheiro indeferiu nesta sexta-feira (3) um habeas corpus da Defensoria Pública da União (DPU) impetrado em favor de todas as pessoas presas ou que venham a ser presas e que estejam nos grupos de risco do novo coronavírus (Covid-19). No habeas corpus, a DPU pedia o estabelecimento de padrões mínimos obrigatórios a serem seguidos por juízes e tribunais no esforço de conter a pandemia no âmbito dos presídios. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos apoia recomendação do CNJ

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) emitiu uma carta de apoio e reconhecimento ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, pela aprovação de recomendação sobre medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. A Recomendação 62/2020 foi aprovada no dia 17 de março, pouco depois da declaração da pandemia mundial, e está sendo saudada por diversas entidades técnicas nacionais e internacionais como boa prática, com destaque ao pioneirismo do Judiciário brasileiro no enfrentamento da questão. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Carta de Apoio à Recomendação nº 62 emitida pela ACNUDH

Entidades manifestam apoio à recomendação do CNJ para reduzir fluxo de ingresso no sistema prisional

Mais de 70 organizações assinaram manifesto em apoio à recomendação 62/20 do Conselho Nacional de Justiça, na qual o órgão orienta os magistrados a substituir a prisão preventiva por outras medidas no caso de presos que estejam inseridos na faixa de maior risco da covid-19. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Manifesto de Apoio

Pandemia não dispensa análise da situação individual, diz ministro ao negar prisão domiciliar coletiva no AM

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogerio Schietti Cruz indeferiu o habeas corpus coletivo no qual a Defensoria Pública do Amazonas pedia a concessão de prisão domiciliar para todos os presos do regime fechado do Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, que fossem integrantes do grupo de risco da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

STJ nega pedido de salvo-conduto para que cidadãos do Rio transitem livremente por ruas e praias

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Jorge Mussi indeferiu habeas corpus impetrado pelo deputado estadual Alexandre Teixeira de Freitas (Novo) em favor de todos os cidadãos flagrados transitando pelas vias públicas e praias do estado do Rio de Janeiro. O parlamentar pretendia que os agentes públicos fossem impedidos de abordar, deter ou processar as pessoas encontradas circulando nesses espaços e que não estivessem contaminadas pelo novo coronavírus. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Por causa do coronavírus, ministro concede domiciliar a preso com mais de 90 dias em preventiva

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Reis Júnior deferiu pedido de liminar para conceder prisão domiciliar a um jornalista preso preventivamente na 8° fase da Operação Pecúlio da Polícia Federal, denominada Renitência. Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

2. MATERIAL DE APOIO – COVID-19

Informamos que encontram-se disponibilizados no nosso Banco de Peças materiais de apoio com modelos de peças, notas técnicas, estudos, cartilhas e entre outros, com o intuito de auxiliar as atividades ministeriais em face a pandemia da Covid-19.

Acesse o **Banco de Peças** clicando **aqui.**

3. JURISPRUDÊNCIAS DO STF E STJ

STF

Fazenda Pública tem competência concorrente para executar multas em condenações penais já iniciadas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) modulou os efeitos da decisão que garantiu ao Ministério Público a legitimidade para executar multas em condenações penais, de forma a estabelecer a competência concorrente da Procuradoria da Fazenda Pública nas execuções findas ou iniciadas até a data do trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3150. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Ministro nega domiciliar a todos os presos do DF incluídos no grupo de risco

Não cabe habeas corpus contra decisão de relator negando pedido liminar na instância antecedente, a não ser em casos de ilegalidade flagrante. Com esse entendimento, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Nefi Cordeiro indeferiu o pedido da Defensoria Pública do Distrito Federal para colocar em prisão domiciliar todos os presos acima de 18 anos incluídos no grupo de risco do novo coronavírus (Covid-19) — entre eles, idosos e pessoas com certas doenças. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

STF: Associação de defensores públicos questiona dispositivos do pacote anticrime

Anadep - Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos questiona no STF dispositivos do pacote anticrime (lei 13.964/19) que tratam dos aumentos de pena, tornam mais rigoroso o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade e restringe direitos já concedidos. O tema é discutido na ADIn 6.345. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

2ª Turma aplica princípio da insignificância a tentativa de furto de moedas e garrafas de bebida

Com base no princípio da insignificância, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por unanimidade, decisão do ministro Gilmar Mendes que absolveu um homem condenado a um ano e nove meses de reclusão pela tentativa de furto de R$ 4,15 em moedas e de uma garrafa de Coca-Cola, duas de cerveja e uma de cachaça – produtos que, juntos, totalizam R$ 29,15. A decisão foi tomada no julgamento do Habeas Corpus (HC 181389), na sessão por videoconferência desta terça-feira (14). Leia a notícia completa clicando **aqui.**

1ª Turma rejeita HC de integrante de organização ligada ao tráfico e lavagem de dinheiro

Em sessão realizada na tarde desta terça-feira (14) por meio de videoconferência, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou (não conheceu) o Habeas Corpus (HC) 175028 impetrado em favor de F. J. S. L., integrante de organização criminosa de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro que atuava no interior do Paraná. A maioria dos ministros aplicou a jurisprudência da Turma, baseada na Súmula 691 do STF, pois o HC foi impetrado contra indeferimento monocrático de liminar. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

STJ

Ministro invoca princípio da fraternidade e determina progressão penal para presa com filho de quatro anos

Com base no artigo 112, **parágrafo 3º**, da Lei de Execução Penal (LEP), e tendo em vista a necessidade de proteção física e emocional das crianças – aspecto central do princípio da fraternidade –, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca concedeu habeas corpus para assegurar a uma presa com filho de quatro anos de idade o direito de progredir para o regime semiaberto. Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

Crime de dispensa ilegal de licitação exige prova de dolo e de dano ao erário

Para a configuração do crime de dispensar ou declarar a inexigibilidade de licitação fora das hipóteses legais (artigo 89 da Lei 8.666/1993) é preciso haver a presença do dolo específico de causar dano ao erário e do efetivo prejuízo à administração pública. Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

Falso cônsul preso na Operação Faroeste tem pedido de liberdade negado

O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou pedido de revogação da prisão preventiva de Adailton Maturino dos Santos, investigado na Operação Faroeste como um dos idealizadores do esquema de compra e venda de sentenças na disputa de terras no Oeste da Bahia. A operação também apura a participação de juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) – alguns deles com prisão decretada pelo STJ. Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

STJ divulga mais dez teses sobre falta grave em execução penal

É prescindível a perícia de aparelho celular apreendido para a configuração da falta disciplinar de natureza grave prevista no artigo 50, VII, da Lei 7.210/1984. Esta é uma das dez teses do Superior Tribunal de Justiça destacadas na nova edição sobre falta grave em execução penal da ferramenta Jurisprudência em Teses, que apresenta diversos entendimentos do STJ sobre temas específicos, escolhidos de acordo com sua relevância no âmbito jurídico. Leia a notícia completa com as teses clicando **aqui.**

Presos que tiveram liberdade condicionada a fiança devem ser soltos em todo o país

O ministro Sebastião Reis Júnior, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), estendeu para todo o país os efeitos da liminar que determina a soltura de presos cuja liberdade provisória tenha sido condicionada ao pagamento de fiança e que ainda estejam na prisão. A liminar foi inicialmente concedida na última sexta-feira (27) para detentos do Espírito Santo. Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

Encomendar drogas, mesmo sem a entrega efetiva, configura crime de tráfico

Por se tratar de crime de conteúdo variado, basta a prática de uma das 18 condutas relacionadas no artigo 33 da Lei 11.343/2006 para que haja a consumação do tráfico de drogas. Com esse entendimento, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proveu recurso do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para estabelecer que o delito ocorreu na sua forma consumada no caso de quatro homens processados por tráfico – três que encomendaram entorpecentes para vender no estabelecimento em que estavam presos e um que intermediou a compra. Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

Ministro do STJ admite Defensoria como *custos vulnerabilis* em processo penal

O ministro Sebastião Reis Júnior, do Superior Tribunal de Justiça, admitiu pela primeira vez a Defensoria Pública da União com *custos vulnerabilis* em processo penal. A decisão é do dia 1º de abril. No pedido, a DPU alegou que sua intervenção na condição de "guardiã dos vulneráveis", decorre da legitimidade para intervir em demandas que possam surtir efeitos nas esferas das pessoas ou grupos de necessitados. Leia a notícia completa clicando **aqui** e o acórdão na íntegra **aqui.**

4. ATUAÇÕES DO MPMT E DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPMT

MPMT cobra adoção de medidas em unidades prisionais

Unidades prisionais de todo o estado relataram ao Ministério Público de Mato Grosso que enfrentam problemas com o fornecimento de materiais de higiene e limpeza. A situação levou o MPMT a encaminhar notificação ao governador do Estado, Mauro Mendes, e ao secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante dos Santos, recomendando a adoção de várias medidas. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJ concede liminar ao MP e determina prisão de suspeito de tráfico

Denunciado por tráfico de drogas, Luiz Carlos Gomes Pires, conhecido como “Já Morreu”, foi preso nesta segunda-feira (06) em uma operação conjunta realizada pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), Delegacia Especial de Fronteira (Defron) e Agência Regional de Inteligência do 6º Batalhão de Polícia Militar de Cáceres (a 225km de Cuiabá). A pedido da 3ª Promotoria de Justiça Criminal, o Tribunal de Justiça decretou a prisão preventiva do homem que responde a duas ações penais por tráfico de drogas e foi preso em flagrante duas vezes em cerca de cinco meses (outubro de 2019 e março de 2020), com indícios de que estivesse traficando. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPBA

MP institui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos na área de prevenção da violência

O Ministério Público estadual instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver estudos que possam auxiliar os coordenadores dos Comitês Interinstitucionais de Segurança Pública (CISPs) na elaboração dos Planos Municipais de Prevenção da Violência. Participam do GT os promotores de Justiça Gilber Santos de Oliveira, Ana Carolina Campos Tavares Gomes Freitas, Tarsila Honorata Macedo da Silva, Luciano Medeiros Alves da Silva e Aroldo Almeida Pereira. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPMS

TJMS acata o pedido do MPMS e determina o retorno de presos domiciliares ao presídio

Em discordância ao recolhimento domiciliar dos detentos, o Ministério Público Estadual, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Bela Vista, ingressou com pedido liminar ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, a fim de que a prisão preventiva fosse restaurada, tendo em vista a periculosidade dos agentes que haviam sido presos em flagrante por terem transportado 102 Kg de maconha. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPAL

Coronavírus: MPE/AL recomenda a Secretaria de Ressocialização Plano de Contingência para o sistema prisional

Por meio da 61ª Promotoria de Justiça da Capital, o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE/AL), emitiu Recomendação à Secretaria de Ressocialização e Inserção Social (Seris) que seja elaborado e colocado em prática, entendido como de urgência, um Plano de Contingência para o sistema prisional. O promotor de Justiça, Magno Alexandre Moura, pede que sejam feitas inspeções por equipes da Saúde para fazer uma triagem e, assim, inibir a proliferação de doenças crônicas bem como a possibilidade de os reeducandos serem vitimados pelo Covid-19. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPDFT

MPDFT vai apurar uso de celulares dentro de presídios

O Ministério Público do Distrito Federal vai apurar o uso de celulares por detentos dos presídios do DF. Em vídeo que circulou no início desta semana, presos do Centro de Progressão Penitenciária (CPP), gravaram um vídeo em que, com rostos escondidos, pedem prisão domiciliar e afirmam temer o contágio pelo coronavírus. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPRJ

MPRJ obtém revogação de liminar que determinou soltura indiscriminada de presos maiores de 60 anos

O Ministério Público do Estado do Rio de janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus, obteve a revogação da liminar concedida no Plantão Judiciário que determinou a soltura imediata e indiscriminada de presos maiores de 60 anos em razão da emergência em saúde provocada pelo novo coronavírus (Covid-19). Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPTO

MPTO converte pena por crime de menor potencial ofensivo em recursos para enfrentamento da Covid-19

Em audiência judicial na quinta-feira, 26, realizada por meio de videoconferência, o Ministério Público do Tocantins (MPTO) conseguiu que a pena por um crime ambiental de menor potencial ofensivo fosse convertida no pagamento de oito salários mínimos, valor que será destinado a ações de prevenção à Covid-19 no município de Formoso do Araguaia. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPAM

Covid-19 - Segurança sanitária nos presídios é objeto de Recomendação do MPAM à Seap

A Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas expediu, no último dia 1º/04, Recomendação ao secretário de Estado de Administração Penitenciária para que adote, no âmbito do sistema prisional, medidas que assegurem o integral cumprimento do disposto na Portaria Interministerial nº 7/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública estabelecidas na Lei nº 13.979/2020, e na Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 135/2020, que estabelece padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando a prevenção da disseminação do Covid-19. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPAC

Feijó: MPAC e polícias tratam de enfrentamento à criminalidade

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Feijó, reuniu, nesta terça-feira (7), representantes das forças policiais para tratar do enfrentamento à criminalidade no município. De acordo com o promotor de Justiça substituto Juleandro Martins de Oliveira, o MP e os órgãos de segurança pública estão atentos e atuam de forma integrada visando combater as organizações criminosas na cidade. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPPR

TJPR atende MPPR e suspende decisão que autorizava 158 presos de unidades de Ponta Grossa a cumprirem pena em regime domiciliar

Liminar expedida pelo Tribunal de Justiça do Paraná na noite desta terça-feira, 7 de abril, suspendeu os efeitos de decisão que autorizava 158 presos, que cumpriam penas em unidades prisionais de Ponta Grossa, nos Campos Gerais (na Cadeia Pública Delegado Hildebrando de Souza e na Penitenciária Estadual), a cumprirem pena em regime domiciliar, com monitoramento eletrônico. A decisão, da 4ª Câmara Criminal do TJPR, atende recurso apresentado pelo Ministério Público do Paraná em face da decisão do Juízo da Vara de Execuções Penais e da Corregedoria de Presídios de Ponta Grossa. A justificativa para a mudança de regime de cumprimento de pena seriam as medidas de prevenção ao coronavírus (Covid-19). Leia a notícia completa clicando **aqui.**

MPGO

Plantão: Acatando manifestações do MP, Justiça decreta prisões de acusados de crimes em Aparecida

Acolhendo manifestações favoráveis do Ministério Público de Goiás (MP-GO) no plantão do fim de semana, a Justiça em Aparecida de Goiânia decretou a prisão preventiva de duas pessoas presas em flagrante acusadas de crimes graves: uma tentativa de homicídio contra criança e um estupro. As manifestações foram proferidas pela promotora plantonista Ana Paula Antunes Vieira Nery, que salientou a necessidade de os suspeitos continuarem detidos para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

5. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MT E OUTROS TRIBUNAIS

TJMT

Justiça mantém revelia de acusado por falso testemunho

A juíza da 7ª Vara Criminal de Cuiabá, Ana Cristina da Silva Mendes, negou pedido para reformar decisão que decretou revelia em prosseguimento da instrução pela prática de falso testemunho por um homem. A magistrada confirmou terem sido realizadas várias tentativas de citação e intimação do acusado, sem êxito, bem como da advogada constituída, que fora intimada para apresentar novo endereço do acusado, mas manteve-se inerte. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Condenado por tráfico, ex-agente prisional acumula pena por improbidade administrativa

O ex-agente penitenciário W.T.C., condenado por tráfico de entorpecentes, o que resultou na perda da função pública, foi agora condenado pela prática de ato de improbidade administrativa (art.11, I, da Lei nº 8.429/92). A pena prevê suspensão dos direitos políticos por três anos; pagamento de multa correspondente a 10 vezes a última remuneração recebida; além de proibição de contratar com o Poder Público por três anos. A decisão da juíza da Vara Especializada Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá, Celia Regina Vidotti, condena ainda o ex-agente penitenciário ao pagamento das custas e despesas processuais. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

Juíza autoriza reeducandos a confeccionar EPI's para profissionais de Cáceres

NA juíza Helícia Vitti Lourenço, da Comarca de Cáceres, autorizou reeducandos da Unidade Prisional Masculina a confeccionar equipamentos de proteção individual (EPI's) para serem doados aos agentes de segurança pública e também aos profissionais de saúde da cidade, que estão atuando no combate à pandemia da COVID-19. As reeducandas da Unidade Feminina também vão auxiliar nas confecções. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJSP

Justiça condena casal por tortura a bebê de sete meses

O juiz Eduardo Pereira Santos Junior, da 5ª Vara Criminal da Capital, condenou um casal pela tortura de bebê de sete meses. Na sentença, disponibilizada hoje (31), a pena para ambos foi fixada em 14 anos de reclusão em regime inicial fechado. A mãe da menina foi declarada incapacitada para o exercício do poder familiar. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJ-SP nega HC coletivo para presos com comorbidades em presídio do interior

A Recomendação 62, do Conselho Nacional de Justiça, trata, exclusivamente, de orientações de medidas a serem consideradas pelos juízes com competência para a fase de conhecimento criminal e execução penal, não havendo, sequer implicitamente, ordem para pronta colocação de custodiados em liberdade ou outra forma de cumprimento da sanção corporal. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJRS

Prevenção ao Coronavírus: menos da metade das solturas decorre da pandemia e maioria é dos regimes aberto e semiaberto

A rápida expansão do Coronavírus faz com que autoridades do sistema de justiça penal atentem para a situação de confinamento e superlotação dos presídios brasileiros. Diante da necessidade de estabelecer procedimentos para fins de prevenção à infecção e à propagação da doença, detentos do sistema prisional de todo o país, idosos e/ou acometidos por doenças crônicas, respiratórias ou outras graves enfermidades, têm suas situações avaliadas de forma individualizada, e, em alguns casos, estão recebendo o benefício da prisão domiciliar, revogação da prisão preventiva ou concessão de liberdade provisória. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJAM

Justiça Estadual indefere liminar que pedia a soltura de 80 presas

Defensoria Pública do Amazonas impetrou _Habeas Corpus_ Coletivo requerendo a soltura de 80 presas acusadas e/ou condenadas por tráfico de drogas que se encontrem na condição de lactantes, gestantes, mães ou responsáveis por menores até 12 anos ou por pessoa com deficiência. Segundo a Defensoria, os juízes criminais do Amazonas não estão observando a Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determina a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJRJ

Presos do Rio em regime aberto e semiaberto ficarão em casa por mais 30 dias

Por entender que continuam presentes a situação de emergência na saúde pública estadual e a necessidade da adoção de medidas de prevenção ao coronavírus no sistema penitenciário, a Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro (VEP) prorrogou nesta quarta-feira (15/3), por mais 30 dias, a autorização para que os presos do regime aberto, do semiaberto que já podiam sair para trabalhar ou fazer a visita periódica ao lar e beneficiados com livramento condicional permaneçam em suas casas durante a quarentena para combate à Covid-19. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJSC

Juiz de São João Batista usa videoconferência para ouvir réu preso em São Paulo

O juiz Alexandre Schramm, titular da 2ª Vara da comarca de São João Batista, realizou na última semana uma videoaudiência que envolveu interlocutores externos ao Estado de Santa Catarina, com a devida autorização da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ). Foi a primeira registrada naquela unidade. A audiência on-line possibilitou uma tramitação ágil no processode réu preso, com instrução complexa e várias testemunhas, agora já encerrada. O homem, acusado de duplo homicídio qualificado, foi ouvido do Centro de Detenção Provisória Vila Independência, na cidade de São Paulo. O ato processual ocorreu na tarde da última terça-feira (14/4) e teve duração de aproximadamente cinco horas. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJAC

Justiça destina recurso para ações preventivas na unidade prisional de Sena Madureira

O Juízo da Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira destinou R$ 6.470,28 para a Unidade Prisional Evaristo de Moraes, localizada no município. O recurso será destinado para projeto de intervenção e combate ao novo coronavírus (Covid-19). O Alvará Judicial, assinado pelo diretor do Foro, juiz de Direito Fabio Farias, segue Resolução n°313 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Provimento n°953, da Corregedoria-Geral da Justiça (Coger), que normatizam a disponibilização dos recursos das Penas Pecuniárias para área da saúde em função da pandemia. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

TJDFT

VEP/DF indefere novo pedido coletivo e indiscriminado de prisão domiciliar

A juíza da Vara de Execuções Penais do DF voltou a indeferir pedido da Defensoria Pública, de natureza coletiva, requerendo a concessão de prisão domiciliar a todas as pessoas recolhidas em estabelecimentos prisionais do DF, que comporiam grupos de risco definidos com relação à pandemia da enfermidade COVID-19. O pedido de reanálise foi baseado no contágio ocorrido no âmbito do sistema penitenciário, o que, segundo a Defensoria, justificaria a necessidade de acolhimento do pleito inicial. Leia a notícia completa clicando **aqui.**

6. INFORMATIVO STF

INFORMATIVO 969

DIREITO PENAL

Tema: Discurso de parlamentar e crime contra honra

A Primeira Turma recebeu queixa-crime formulada contra parlamentar pela prática de crime de difamação e injúria. De acordo com a inicial, o parlamentar-querelado, em discurso proferido no Plenário da Câmara dos Deputados e em reunião da Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania da mesma Casa, teria desferido ofensas verbais a artistas, ao afirmar, dentre outras imputações, que eles teriam “assaltado” os cofres públicos ao angariar recursos oriundos da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Tribunal do Júri: absolvição e decisão contrária à prova dos autos

A Primeira Turma, em conclusão e por maioria, negou provimento a recurso ordinário em habeas corpus em que discutida a possibilidade de o Conselho de Sentença, após responder afirmativamente quanto aos quesitos alusivos à materialidade e autoria do crime, responder também afirmativamente quanto à possibilidade de absolvição do acusado (Informativo 962).

Acesse o informativo completo clicando **aqui.**

INFORMATIVO 970

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Julgamento de promotor de justiça e interrogatório

A Primeira Turma iniciou julgamento de habeas corpus impetrado em favor de promotor de justiça condenado, pelo respectivo tribunal, à pena de 1 ano e 9 meses de reclusão pela prática dos crimes de falsidade ideológica e advocacia administrativa.

Tema: Duração de sustentação oral e nulidade

A Segunda Turma, em conclusão, negou provimento a agravo regimental em habeas corpus no qual se sustentava a ocorrência de nulidade absoluta, consistente na suposta ausência de defesa do agravante quando de seu julgamento e condenação perante o Tribunal do Júri (Informativo 959).

Acesse o informativo completo clicando **aqui.**

7. INFORMATIVO STJ

INFORMATIVO 666

DIREITO PENAL

Tema: Extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado. Independência das jurisdições cível e penal. Ação civil *ex delicto*. Interesse processual. Prescrição afastada.

A decretação da prescrição da pretensão punitiva do Estado na ação penal não fulmina o interesse processual no exercício da pretensão indenizatória a ser deduzida no juízo cível pelo mesmo fato.

Tema: Tráfico de drogas. Flagrante. Violação de domicílio. Tema 280/STF. Denúncia anônima. Fuga isolada do suspeito. Ausência de justa causa. Nulidade de provas.

A existência de denúncia anônima da prática de tráfico de drogas somada à fuga do acusado ao avistar a polícia, por si sós, não configuram fundadas razões a autorizar o ingresso policial no domicílio do acusado sem o seu consentimento ou sem determinação judicial.

Tema: Peculato-desvio. Governador de Estado. Fomento econômico de candidatura. Desvio de dinheiro público. Empresas estatais.

Configura o crime de peculato-desvio o fomento econômico de candidatura à reeleição por Governador de Estado com o patrimônio de empresas estatais.

Tema: Arts. 241-A e 241-B da Lei n. 8.069/1990. Consunção automática. Inocorrência. Necessidade de análise das peculiaridades de cada caso.

Em regra, não há automática consunção quando ocorrem armazenamento e compartilhamento de material pornográfico infanto-juvenil.

Tema: Art. 241-A da Lei n. 8.069/1990. Grande interesse por material pornográfico. Exasperação da pena-base. Conduta social ou personalidade. Inviabilidade

O grande interesse por material que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é ínsito ao crime descrito no art. 241-A da Lei n. 8.069/1990, não sendo justificável a exasperação da pena-base a título de conduta social ou personalidade.

Acesse o informativo completo clicando **aqui.**

INFORMATIVO 667

DIREITO PENAL

Tema: Homicídio envolvendo policias militares de diferentes unidades da federação. Policiais fora de serviço ou da função. Discussão iniciada no trânsito. Contexto fático que não se amolda ao disposto no art. 9º, II, *a,* e III, *d*, do CPM. Competência da Justiça comum.

Compete à Justiça comum (Tribunal do Júri) o julgamento de homicídio praticado por militar contra outro quando ambos estejam fora do serviço ou da função no momento do crime.

Tema: Poluição ambiental qualificada. Artigos 54 § 1º, I, II, III e IV e § 3º e 56, § 1º, I e II, c/c 58, I, da Lei n. 9.605/1998. Envio e armazenamento de resíduos tóxicos. Providências para reparação do dano causado. Não efetivação. Natureza permanente da conduta. Não cessação da atividade. Impossibilidade de aferição da prescrição.

As condutas delituosas previstas nos artigos 54, § 1º, I, II, III e IV e § 3º e 56, § 1º, I e II, c/c 58, I, da Lei n. 9.605/1998, que se resumem na ação de causar poluição ambiental que provoque danos à população e ao próprio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas na legislação de proteção, e na omissão em adotar medidas de precaução nos casos de risco de dano grave ou irreversível ao ecossistema, são de natureza permanente, para fins de aferição da prescrição.

Tema: Crime de responsabilidade dos prefeitos. Art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei n. 201/1967. Funcionário fantasma. Pagamento de remuneração. Serviços não prestados. Atipicidade da conduta.

O pagamento de remuneração a funcionários fantasmas não configura apropriação ou desvio de verba pública, previstos pelo art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei n. 201/1967.

Tema: Criptomoeda. Oferta pública de contrato de investimento coletivo. Incidência dos crimes tipificados na Lei n. 7.492/1986. Competência da Justiça Federal.

Compete à Justiça Federal julgar crimes relacionados à oferta pública de contrato de investimento coletivo em criptomoedas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Deferimento de desbloqueio de bens e valores. Decisão definitiva. Mandado de segurança. Inadmissibilidade. Decisão passível de recurso de apelação.

Não é admissível a impetração de mandado de segurança contra ato jurisdicional que defere o desbloqueio de bens e valores.

Acesse o informativo completo clicando **aqui**

8. ARTIGOS

A Pandemia do Coronavírus e a Aplicação da Lei Penal

Vive-se uma crise de saúde pública no Brasil e no mundo. Havemos de analisar os aspectos penais envolvidos neste cenário partindo dos relevantes bens jurídicos constitucionalmente tutelados. Em primeiro lugar, deve-se apontar o direito individual fundamental mais precioso, previsto no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, que é o *direito à vida*. Muitas enfermidades são capazes de produzir lesão à saúde, levando à morte. Por isso, como direito social, aponta o art. 6º, *caput*, da Carta Magna, expressamente, o direito à saúde. Na decorrência desses fatores, quando elaboramos o nosso conceito de dignidade da pessoa humana – preceito fundamental do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, CF) – tivemos o cuidado de indicar dois aspectos: objetivo e subjetivo. Leia o artigo completo clicando **aqui.**

Autor: Guilherme Nucci

Ensaio sobre a prisão temporária em crimes associativos: a desestabilização associativa

Da análise do cabimento em especial da medida cautelar de prisão temporária frente ao delito de associação criminosa, em vista das últimas alterações legislativas. A prisão temporária é determinada pela doutrina jurídico-penal como sendo uma espécie de prisão cautelar, a qual detém seus contornos legais insculpidos nas normas penais da Lei 7.960 de 1989. Por ser cautelar, pressupõe uma ampla conceituação e delimitação, visto não ser uma prisão definitiva (prisão-condenação). Assim, a conceituação desta espécie de prisão advém da própria lei que a institui, tendo em vista que a sua delimitação é, também, a sua definição, ou seja, a resposta de qual a sua finalidade, sua aplicabilidade e sua duração. Leia o artigo completo clicando **aqui.**

Autores: Joaquim Leitão Junior e Breno Eduardo Campos Alves

Boletim Informativo CAOCRIM – Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Auxiliar Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal